

Hospital Real de Todos-os-Santos

O hospital grande de Lisboa

O grande hospital que D. João II fez construir, a partir de 1492, no Rossio lisboeta, em terrenos então ocupados pela horta dos frades de S. Domingos, deve entender-se, não enquanto acção isolada e voluntarista de um monarca, mas como estrutura decisiva para a prossecução da reforma do primário e carenciado quadro assistencial do Reino. Nesta reforma, prosseguida por D. Manuel I, inscrevem-se as bases da padronização hospitalar e a fundação do movimento confraternal das Misericórdias.

Instituição primeira em matéria de cuidados hospitalares no Reino a partir do início de Quinhentos, o Hospital Real de Todos-os-Santos, tanto na vertente arquitectónica como na regimental, desvenda-nos um *Príncipe Perfeito* atento às propostas do *Quattrocentto* italiano e a um tempo de Renascimento, que procurou novos modelos sociais e culturais abrindo, tanto na materialidade da criação artística como na reflexão política, filosófica e religiosa, caminhos de futuro, confrontando o Homem com o desafio da transformação face a si próprio, ao mundo e à vida - um Homem afinal sincrético, simultaneamente protagonista livre de todas as coisas e criatura de Deus.

Símbolo de viragem na história das instituições hospitalares portuguesas, o Hospital Real de Todos-os-Santos surge como o primeiro hospital moderno do Reino, revelando uma dimensão conceptual que distingue a prática da caridade, individual ou colectiva, materializada em obras de misericórdia, da prestação de cuidados de saúde a enfermos hospitalizados. De fundação régia, o *espiritual grande de Lisboa*, como o apelidou Garcia de Resende, foi ao longo de toda a sua existência tutelado pela Coroa, facto inédito nas monarquias ocidentais, nas quais a Igreja e as oligarquias locais sempre reivindicaram

um papel determinante na questão assistencial.

Encerrando o lado nascente do Rossio, com fachada sustentada por robusta e extensa arcaria, o conjunto desenhado por mestre Mateus Fernandes retoma, em Lisboa, a tipologia cruciforme atribuída ao humanista Leon Battista Alberti, que Filarete utilizou com maestria no Hospital Maior de Milão e que virá a enformar a arquitectura hospitalar do Sul europeu,

valorizando necessidades higienistas e princípios funcionais e sancionando uma nova perspectiva na prestação de cuidados - o cuidado dirigido ao corpo do indivíduo enfermo. Este novo olhar, que não ignora as preocupações com a salvação da alma mas que se centra na vertente terrena do sofrimento humano, justifica organizações complexas que respondem em valências distintas, disponibilizando cuidados médicos e



Hospital Real de Todos-os-Santos. Maqueta conjectural policromada da autoria de Carlos Loureiro, sob desenhos preparatórios de Carlos Ribeiro. Museu da Cidade - Lisboa.



O Rossio antes do terramoto de 1755, com a fachada norte do Hospital a apresentar três sobrados acima da arcaria. (Estampa de Zuzarte, datada de 1787. Coleção da família Celestino da Costa, publicada em Ana Cristina Araújo, O terramoto de 1755, Lisboa e a Europa, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2005, p. 21.)



Painel de azulejos da primeira metade do século XVIII, representando a ala nascente do Rossio, com a fachada da Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos (pormenor). Museu da Cidade – Lisboa.

de enfermagem numa lógica orientada para o corpo e com rotinas que garantem a terapêutica, a alimentação, a higiene, o conforto e o apoio espiritual.


O Hospital Real de Todos-os-Santos, que terá recebido os primeiros enfermos em 1502, ainda que o seu Regimento só venha a ser publicado dois anos mais tarde, é, pela sua dimensão e centralidade, uma referência obrigatória na iconografia sobre Lisboa a partir do século XVI. Para tal, contribuiu a monumentalidade da fachada do templo, da responsabilidade de um outro intérprete maior da arquitectura portuguesa no início de Quinhentos, mestre Diogo Boitaca, que no Rossio concretiza um dos primeiros, senão mesmo o primeiro momento, em Lisboa, dessa expressão estética pré-renascentista que foi o «Manuelino».

Importante pólo do viver quotidiano da cidade, no perímetro do hospital funcionaram, além das enfermarias que em 1715 atingiam já o número de vinte, um serviço de urgência, de consulta externa e de admissão de doentes - a Casa das Águas ou Banco - a Casa dos Enjeitados (vocacionada para receber e criar crianças órfãs e abandonadas) e, ainda, a Casa dos Vinte e Quatro. No hospital residiam a maioria dos seus «Famíliares», sobretudo enfermeiros e ajudantes,

cujas formação, empírica e não estruturada, era obtida na própria instituição. Digna de nota é, ainda, a Escola de Cirurgia, responsável pela formação de inúmeros cirurgiões e sangradores.

A ideia de que o *hospital dos pobres* desapareceu em 1 de Novembro de 1755, construída a partir de uma retórica que tudo reduz a escombros, carece de fundamentação documental. É certo que o grande terramoto produziu estragos incalculáveis num conjunto edificado debilitado pelos dois grandes incêndios, de 1601 e 1750, e por sucessivas campanhas de obras que procuraram adaptar o edifício quinhentista às necessidades crescentes em matéria de intervenção assistencial. Ainda assim, o que a documentação permite entrever é uma intervenção pronta e dinâmica do gabinete de Sebastião José de Carvalho e Melo, orientada para dois grandes objectivos: a prestação imediata de cuidados hospitalares em espaços alternativos e a recuperação das instalações do Rossio, criando condições mínimas para o regresso dos doentes então distribuídos pelo Palácio dos Almadas, pelo Convento de S. Bento da Saúde e pelos Celeiros do Palácio do Conde de Castelo Melhor.

O destino da instituição que Eugénio dos Santos e Carlos Mardel desenharam

ainda na planta a partir da qual se vai reescrever a baixa lisboeta, à luz de um urbanismo moderno de matriz iluminista, não deriva da acção directa da grande catástrofe de 1755. É, antes, uma decisão política, madura e esclarecida, que responde a exigências de carácter urbanístico, mas que só é tomada depois de criadas condições patrimoniais para disponibilizar espaços alternativos. A extinção da Companhia de Jesus, a afectação da Casa Professa de S. Roque à Misericórdia de Lisboa e a transferência, em Abril de 1775, dos enfermos do Rossio para o Colégio de Santo Antão-o-Novo, rebaptizado de Hospital Real de S. José, são momentos determinantes de um muito complexo ciclo político, ele sim responsável pelo encerramento do hospital grande de Lisboa. Só então se libertava o chão onde viria a nascer a Praça da Figueira. 

ANTÓNIO PACHECO,
Investigador do CHAM – Centro de
História de Além-Mar,
Universidade Nova de Lisboa e da
Universidade dos Açores